

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.304 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2001



## ARRUDA DEIXA O SENADO

“Cometi um grande erro”, afirmou ontem José Roberto Arruda ao renunciar ao mandato de senador 11 meses depois da violação do painel.

PÁGINAS 3 A 7



No dia da renúncia, José Roberto Arruda chorou, fez o discurso de despedida no Plenário, foi cercado por uma multidão de repórteres e recebeu cumprimento de senadores

*Assessoria prevê a renúncia  
de ACM na quarta-feira*

PÁGINA 5



**A violação do painel,  
passo a passo**

PÁGINAS 6 E 7

# Cabral anuncia seminário sobre segurança da urna eletrônica

Presidente da CCJ informa que evento ocorrerá em junho. Comissão examina projeto do senador Roberto Requião que determina contraprova do voto dado pelo eleitor

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou a realização de um seminário, em junho deste ano, para discutir normas de ampliação da segurança e da fiscalização do voto eletrônico. O senador preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual será votado projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que trata do assunto.

De acordo com Cabral, Requião já encaminhou à comissão os nomes dos engenheiros Amílcar Bernazo Filho, especialista em segurança de dados, e Márcio Coelho Teixeira, especialista em *software* básico, para participa-



Cabral: técnicos da Unicamp também falarão aos senadores

rem do seminário. Requião, de acordo com Cabral, irá também à Universidade de Campinas (Unicamp) contatar técnicos que possam falar aos senadores.

O presidente da CCJ informou que Requião e os senadores Bello Parga (PFL-MA) e José Eduardo Dutra (PT-SE) integram a Comissão do Voto Eletrônico. Durante seu discurso, Cabral convidou também o senador Romeu Tuma (PFL-SP) – relator do projeto na CCJ – para participar dessa comissão. Para Cabral, Tuma realizou uma “análise criteriosa” em seu relatório sobre o projeto de Requião.

O parlamentar do Amazonas

recordou a reunião realizada em junho do ano passado, com a presença dos ministros Maurício Corrêa e Nelson Jobim, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Destacou que, na ocasião, Jobim ressaltou a importância de um “sistema que viabilize a certeza e a segurança do processo eleitoral”.

Da tribuna, Cabral comunicou ao Plenário que já vinha mantendo contatos com Jobim, presidente eleito do TSE, para elaboração dos questionamentos que seriam levados à Unicamp. Informou também que Jobim enviou correspondência ao presidente do Senado Federal, Jader Barbalho, na qual diz que o TSE participará juntamente com o Senado na realização do seminário. O presidente da CCJ afirmou que já havia solicitado ao presidente do Senado que pedisse a colaboração do TSE.

Cabral informou ao Plenário que o PSB somente conseguiu uma cadeira na Assembléia Legislativa de Sergipe após o TSE ter determinado recontagem de votos. Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que o deputado estadual Dorival Chagas somente conseguiu sua cadeira porque “a fraude foi realizada em uma cidade onde não havia urna eletrônica”.

Em outro aparte, o senador Tuma afirmou que, segundo técnicos da Universidade de São Paulo, há possibilidade de que quem comanda o *software* mude o comando na hora que bem entender, usando ou não de estratégias criminosas. Ele lembrou que o estado americano da Flórida não utilizou, em suas votações, a urna brasileira, mas uma que tem a contraprova do voto dado pelo eleitor, conforme prevê o projeto do senador Requião.

## Senado aprova voto de censura a George W. Bush

O Plenário do Senado aprovou ontem voto de censura à decisão do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de não implementar o Tratado de Kyoto, assinado em 1997 no Japão. Pelo tratado, os países desenvolvidos se comprometeram a reduzir em até 5% o lançamento de dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e outros gases na atmosfera, entre 2008 e 2012.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES), autor do requerimento, estranhou que os Estados Unidos tenham se negado a assinar o tratado sob o argumento de que as obrigações definidas naquele ato internacional trariam prejuízo à economia norte-americana.

Segundo Paulo Hartung, estudos ambientais dão conta de que os Estados Unidos são os responsáveis por um quarto de todo o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera, principal responsável pelo chamado “efeito estufa”.

O Plenário do Senado também aprovou requerimentos de João Alberto Souza (PMDB-MA) remetendo às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) dois projetos oriundos da Câmara que estabelecem novas regras para o chamado trabalho temporário.

Foram ainda aprovados atos de outorga e renovação de autorizações para funcionamento de emissores de rádio.



Hartung estranha atitude do governo americano



### JADER RECEBE MINISTROS DE LÍNGUA PORTUGUESA

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem os integrantes do III Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e dos Assuntos Parlamentares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que se reúnem em Brasília.

O vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), e o primeiro-secretário, Carlos Wilson (PPS-PE), compareceram ao encontro, que reuniu autoridades de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique; Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste, além da secretária-executiva da Comunidade, Dulce Maria Pereira, e do secretário da Casa Civil da Presidência da República, Silvano Gianni.



### CONVITE PARA CELEBRAÇÃO DA ASSEMBLÉIA DE DEUS

Os deputados Raimundo Santos (PFL-PA), Neuton Lima (PFL-SP) e Silas Câmara (PFL-AM) visitaram o presidente do Senado, Jader Barbalho, acompanhando grupo de pastores da Assembléia de Deus que veio convidá-lo para a celebração dos 90 anos de fundação da Igreja.

Jader confirmou ao pastor José Wellington Bezerra dos Santos, presidente da Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil, sua intenção de comparecer ao evento, que se realiza de 16 a 18 de junho, em Belém (PA), cidade onde surgiu o primeiro templo da Igreja no país. Segundo informação do chefe do Cerimonial da Assembléia de Deus, Paulo Mardock, 15 mil pessoas são esperadas para as comemorações.

### AGENDA

SEXTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## VIOLAÇÃO DO PAINEL



José Roberto Arruda durante o pronunciamento em que anunciou sua renúncia, no momento em que deixa o Plenário e rodeado por dezenas de jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos

# Arruda renuncia ao mandato de senador

### Jader ressalta os anos de luta pelo Brasil

O presidente do Senado, Jader Barbalho, fez ontem breve pronunciamento, logo após o discurso de renúncia do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF). Em nome da Casa, Jader cumprimentou-o pelos anos de luta “por Brasília e pelo Brasil” e pelo período de convivência no Senado. Jader informou-o de que o pedido de renúncia tinha amparo legal e seria irretroatável a partir da publicação no *Diário do Senado*.

### Cabral apresenta palavras de solidariedade

Ao encerrar seu discurso, poucos minutos antes de o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) apresentar sua renúncia, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) dirigiu a ele palavras de solidariedade.

Cabral falou do poema *Pegadas na areia*, que narra a história de uma pessoa que sempre via, além das suas, duas pegadas na areia.

— Eram as pegadas de Deus que, no caminho ao seu lado, percorria junto.

Cabral relatou que essa pessoa, no dia de maior dificuldade, não encontrou as pegadas a seu lado. E perguntou por que Deus o havia abandonado no momento mais difícil.

— Ele ouviu então uma voz dizendo que aquilo era um equívoco. Dizia a voz: “Se, neste momento mais difícil, você não viu minhas pegadas, é porque eu te carreguei no colo.”

Onze meses depois de votar na sessão secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o ex-líder do governo José Roberto Arruda (sem partido-DF) compareceu ontem ao mesmo Plenário para anunciar, em discurso, sua renúncia ao cargo de senador da República. Como justificativa principal, alegou estar sendo vítima de “prejuízo” no processo proposto pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que poderia levar à sua cassação.

Relatório aprovado pelo conselho concluiu que Arruda e o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foram “confessadamente coniventes” com a violação do sigilo do painel eletrônico do Plenário, quando da cassação de Estevão, em 28 de junho do ano passado.

— Cometi um grande erro, talvez o maior da minha vida. Tentei

negá-lo, e esse foi outro grave erro. Estou pagando caro por isso — reconheceu Arruda em discurso iniciado às 10h45.

Apesar de admitir a culpa, o senador considera o processo no conselho um “jogo viciado”, em que estaria sendo moralmente linchado, “de maneira covarde”. Por considerar a cassação como “pena descabida, máxima, cruel e inapelável”, decidiu renunciar para ser julgado pelos eleitores do Distrito Federal. Como determina a Constituição, a renúncia nessa fase das investigações evita a perda dos direitos políticos do acusado, que pode candidatar-se novamente sem ter de esperar oito anos — exigência imposta nos casos de cassação — para concorrer a cargos eletivos.

— O balanço dos meus acertos e erros deve ser feito pela população de Brasília — afirmou Arruda, sendo aplaudido pelos filhos, ami-

gos e simpatizantes sentados numa das galerias. Ele alegou ainda que, renunciando, evitaria um processo prolongado, e permitiria que o DF voltasse a ter um senador no pleno exercício do mandato. Assumirá em lugar de Arruda o seu primeiro suplente, Lindberg Aziz Cury.

O ex-líder do governo e ex-membro do PSDB lembrou seus seis anos e meio no cargo e sua luta pelos interesses de Brasília, lamentando que a participação na fraude do painel tenha interrompido projeto político apoiado nas eleições de 1994 por mais de 300 mil pessoas. Mas disse preferir olhar para sua saída como “um novo começo, e não como um fim”.

A renúncia, disse Arruda, evitará que ele seja vítima da “expição de pecados” como a corrupção e da “troca desrespeitosa de acusações e insultos”, numa referência às denúncias mútuas feitas

por Antonio Carlos e pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. Para Arruda, essa “catarse” estaria sendo promovida pelo Conselho de Ética, transformado, em suas palavras, num “tribunal de exceção”. O conselho, disse, estaria sendo “pautado pela imprensa e guiado pela sedução dos holofotes” das redes de televisão.

Ao reafirmar que não roubou, não matou nem desviou dinheiro público, Arruda lamentou que a lista extraída do computador do painel, contendo a identificação dos votos a favor e contra a cassação de Estevão, esteja sendo supervalorizada.

— Buscam concentrar toda a justa indignação popular numa tal lista de votação, na esperança vã de que os verdadeiros problemas do país, o desrespeito à atividade pública, a corrupção e o denunciamento irresponsável sejam relegados a segundo plano — disse.

## “Não aceito que me igualem a homens que abastardam a política”



Arruda conversa com José Eduardo Dutra e Heloísa Helena pouco antes de anunciar a renúncia

Em sua defesa, o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) alegou ter sido a violação do painel o único “desvio de conduta” cometido por ele em 20 anos de vida pública. E por se considerar um homem íntegro, disse que não ficaria “na expectativa de um acordo de cúpula, na Mesa”, destinado a preservar um ano e oito meses de mandato.

— Não cometerei a infâmia de recorrer a expedientes escusos para continuar no Senado. Não aceito que tentem me igualar a homens que abastardam a política e envergonham o país — afirmou Arruda.

Em contraposição às “hipo-

crisias e mentiras” do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Arruda mencionou os ensinamentos recebidos durante sua passagem pelo Senado e agradeceu a solidariedade que tem recebido. Embora houvesse usado os adjetivos “covarde e cruel” para classificar a atitude de seus acusadores, foi justamente dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Heloísa Helena (PT-AL) que Arruda recebeu as maiores atenções antes de iniciar o seu discurso. Ainda na sala de cafezinho dos senadores, contígua ao Plenário, recebeu de Heloísa um abraço fraternal. A senadora considera-se pessoalmente atingida pela violação do painel, já que, em conversa com pro-

curadores da República, Antonio Carlos teria dito que ela votou contra a cassação de Luiz Estevão.

— Criticar um discurso de renúncia seria tripudiar. É natural que ele tenha dito aquilo — disse Dutra.

Embora não tenham feito apertes, os senadores cumprimentaram Arruda ao final do discurso. Eduardo Suplicy (PT-SP) dirigiu palavras amáveis ao ex-líder do governo.

José Roberto Arruda deixou o Plenário escoltado por Jader Barbalho, que o protegeu do batalhão de jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos até o *hall* de entrada do Senado. Ali o senador concedeu entrevista em que reafirmou sua disposição de retomar a carreira política.

## VIOLAÇÃO DO PAINEL

# Renúncia impede o processo contra Arruda, dizem senadores

A renúncia de José Roberto Arruda impede o processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar que poderia ser aberto contra ele pela Mesa do Senado. Esse é o entendimento do relator do caso da violação do painel eletrônico no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Roberto Saturnino, para quem a atitude de Arruda encerra, no nascedouro, o eventual processo. Com a renúncia, Arruda mantém seus direitos políticos e a possibilida-

de de candidatar-se em 2002. Se o processo tivesse início, Arruda ficaria inelegível por oito anos.

O relator no conselho comentou, no entanto, que alguns juristas defendem a continuidade do processo.

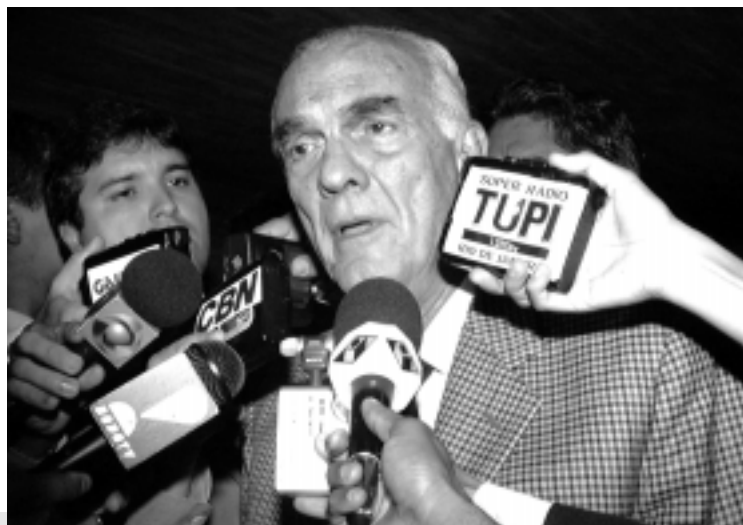
— De minha parte, o caso deve ser encerrado, mas vamos ver se esse vai ser o entendimento da maioria da Casa — afirmou.

O presidente do conselho, senador Ramez Tebet, também considerou encerrado o caso com relação a Arruda.

O senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário da Mesa, designado pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, relator do caso na Comissão Diretora, faz um juízo semelhante. De acordo com Carlos Wilson, não há mais por que abrir processo contra Arruda.

— Devemos reconhecer que ele teve, com a renúncia, um gesto de grandeza, ao perceber que havia uma incompatibilidade em exercer seu mandato em favor do povo de Brasília — disse, defendendo, porém, a atuação de Saturnino no episódio.

Carlos Wilson acrescentou que a renúncia de Arruda não afeta em nada a situação do senador Antonio Carlos Magalhães, também acusado de participar da violação do painel. Antonio Carlos pode ter o processo de cassação de mandato aberto em poucos dias. O primeiro-secretário afirmou que não usará os sete dias a que tem direito para preparar seu relatório, já que tem acompanhado o caso desde o início. Carlos Wilson evitou falar na eventual renúncia de Antonio Carlos, considerando essa uma questão estritamente pessoal.



Roberto Saturnino: "De minha parte, o caso deve ser encerrado, mas vamos ver se esse vai ser o entendimento da maioria da Casa"

## Carlos Wilson: situação de ACM não muda

O senador Carlos Wilson, relator do caso da violação do painel eletrônico na Mesa do Senado, opinou que a renúncia do senador José Roberto Arruda não interfere na situação do senador Antonio Carlos Magalhães. "A renúncia de Arruda foi um ato pessoal e evitará um constrangimento da Casa, mas não modifica a situação de Antonio Carlos", avaliou.

Para o senador por Pernambuco, a vida se constrói de fraquezas e de gestos de grandeza. "Arruda teve a fraqueza de ter participado da violação do painel, mas teve a dignidade de subir à tribuna do Senado e renunciar ao seu mandato, mostrando que na sua consciência aquilo foi uma falta grave, o que o deixou impossibilitado de continuar representando o povo do Distrito Federal nessa legislatura", afirmou.

Considerando que a renúncia

de um senador é sempre um momento difícil para a Casa, Carlos Wilson disse acreditar na possibilidade de nem precisar apresentar seu relatório. Para que isto ocorra, é necessário que Antonio Carlos também renuncie ao seu mandato. Mesmo assim, ele assegurou que, se necessário, entregará o seu parecer sobre o caso antes do encerramento do prazo que lhe foi concedido — de sete dias.

Carlos Wilson elogiou o trabalho do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da comissão de inquérito e da Universidade de Campinas (Unicamp), que apresentou perícia atestando que o painel tinha sido violado. "Tudo está sendo muito bem conduzido,



Segundo Carlos Wilson, Conselho de Ética permitiu ampla defesa dos acusados

o conselho permitiu ampla defesa dos acusados e a comissão de inquérito e a Unicamp trabalharam com muita precisão, lisura e transparência", observou.



Jader (à direita, ao lado de Arruda): "É uma decisão pessoal e unilateral que não admite juízos de terceiros"

## Jader lamenta decisão e recomenda equilíbrio

O presidente do Senado, Jader Barbalho, lamentou na manhã de ontem a renúncia do ex-senador José Roberto Arruda, apontado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa como envolvido na violação do painel de votação eletrônica e sujeito a processo de cassação de mandato, ao lado do senador Antonio Carlos Magalhães. A renúncia exclui Arruda do processo de cassação e evita o risco da perda de seus direitos políticos por oito anos.

Jader lamentou, ainda, a "passionalidade que envolve o fato político" e destacou que "o contraditório é próprio da democracia", ao comentar a cobertura da mídia para muitas denúncias de irregularidades. Ele manifestou a esperança de que a imprensa atue com responsabilidade na cobertura desses assuntos. "A passionalidade não é boa companheira; eu deixei de ser líder político para ser presidente do Senado", observou.

— O fato político, de modo geral, dispensa regras e é eivado de passionalidade, de muita emoção, e aí se corre o risco de cometer injustiças — explicou.

Jader lembrou, a esse respeito, que pediu parecer à Advocacia e à Consultoria do Senado a respeito do procedimento da Comissão Diretora diante do parecer aprovado pelo Conselho de Ética.

— Não mudei uma vírgula na interpretação que recebi e assim mesmo fui acusado de estar participando de uma operação para protelar ou ajudar os senadores envolvidos nesse episódio do painel — desabafou. Isso mostra o quanto a passionalidade pode levar a injustiças — acrescentou.

O presidente do Senado evitou fazer comentários sobre a

renúncia do ex-senador José Roberto Arruda.

— É uma decisão pessoal e unilateral que não admite juízos de terceiros e que lamentei profundamente — afirmou.

Jader disse ainda que Arruda "foi um companheiro que sempre teve uma relação das melhores no Senado e só podemos lamentar o momento em que um companheiro toma um gesto dessa natureza".

Em relação ao processo enviado à Mesa pelo Conselho de Ética, Jader explicou que Arruda está automaticamente excluído, "até porque deixou de ser senador", e que o senador Carlos Wilson, na condição de relator, fará a análise e apresentará seu parecer no que diz respeito à participação do senador Antonio Carlos Magalhães no caso do painel.

Jader disse que não falaria sobre "hipóteses", quando perguntado sobre a eventual renúncia do senador baiano na próxima semana. E destacou que não estava à vontade, como presidente do Senado, "para fazer juízo de valor a respeito das decisões do Conselho de Ética da Casa". Mas afirmou "não encampar" o juízo de valor feito em Plenário pelo senador Arruda, em seu discurso de renúncia, queixando-se de "linchamento político".

O presidente do Senado revelou que recebeu Arruda em sua casa, na manhã de ontem, para um café em que o parlamentar brasileiro comunicou sua "decisão pessoal e irrevogável de renunciar". Jader disse ter ficado triste com a renúncia e concluiu: "Não creio que algum companheiro do Senado fique satisfeito com um desfecho dessa natureza".

## VIOLAÇÃO DO PAINEL

# Para Suassuna, atitude de Arruda evita desgaste, mas foi precipitada

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou a renúncia de José Roberto Arruda ao seu mandato de senador como um ato precipitado. “Embora poupe o desgaste, ele não deveria ter feito isso, foi uma atitude precipitada. A continuação do processo seria uma oportunidade a mais para ele fazer sua defesa e a maioria dos senadores poderia optar por uma pena diferente da cassação”, avaliou.



Suassuna considera que Arruda teria oportunidade de fazer sua defesa

Comentando sobre como fica a situação do senador Antonio Carlos Magalhães após a renúncia de Arruda, Suassuna disse que existem argumentos tanto para os que entendem que o senador teve sua situação facilitada como para os que acham que ele complicou-se mais ainda.

“Uns dizem que prejudica porque a renúncia estabeleceu um parâmetro: se Arruda renunciou, Antonio Carlos teria que renunciar também. Ou-

tros falam que na hora em que Arruda assumiu seu erro e renunciou, terminou assumindo uma boa parte da culpa, deixando Antonio Carlos livre para dizer que apenas tomou conhecimento da lista e não teve ação de punir imediatamente”, comentou.

Suassuna discordou da avaliação feita por Arruda, em seu discurso de renúncia, de que a sua cassação já era um jogo de cartas marcadas. Para o senador pela Paraíba, todos os senadores, mesmo os que votaram contra o relatório do senador Roberto Saturnino, concordaram que um erro foi cometido e que, por esse motivo, o processo teria que ser aberto.

## Maldaner diz que compreende a decisão

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse compreender a decisão pela renúncia, anunciada ontem pelo ex-senador José Roberto Arruda, observando que esta é “uma questão muito íntima de cada senador”.

– Compreendo a posição do senador Arruda de não aguardar transcender todo esse processo – afirmou.

Maldaner ressaltou que um processo como esse é muito doloroso para ser aguardado até o final, acrescentando que Arruda deve ter se aconselhado com os amigos e companheiros de política, em Brasília, e com sua família.

– Deve ter renunciado para

não aguardar esse calvário por mais dois meses. Não quis continuar essa agonia – analisou o parlamentar.

O senador afirmou que Arruda “é um colega que tem uma densidade eleitoral enorme em Brasília”, e que merece respeito.

Maldaner, que acompanhou o voto

do relator, senador Roberto Saturnino, no Conselho de Ética, por entender que a questão, no momento, não era de mérito, mas apenas de procedimento,



Casildo Maldaner aprovou o relatório de Saturnino

disse “comungar *in totum*” com o conteúdo do relatório, que “traz as conclusões e os elementos substanciais” para encaminhar à Mesa o pedido de instauração do processo propriamente dito por quebra de decoro parlamentar. Ressaltou, porém, que “a idéia do relator é que a menção

à punição não afete o direito de que seja alterada depois”. Lembrou que o voto em separado do senador Paulo Souto (PFL-BA) queria retirar essa menção.



Antonio Carlos Magalhães fará discurso na quarta-feira, conforme divulgou sua assessoria

## Assessoria informa que Antonio Carlos deve renunciar na quarta-feira

A assessoria do gabinete do senador Antonio Carlos Magalhães informou na tarde de ontem que ele renunciará ao seu mandato na próxima quarta-feira, dia 30, em discurso que pronunciará à tarde. Com isso, Antonio Carlos desistirá de se defender no processo pedido pelo Conselho de Ética, no qual é acusado de ferir o decoro parlamentar no episódio de violação do painel de votações do Senado.

As investigações sobre o caso tiveram início há pouco mais de dois meses, quando a revista *IstoÉ* publicou reportagem sobre uma conversa de Antonio Carlos Magalhães com três procuradores da República, em fevereiro passado. A conversa foi gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza, que repassou a fita à revista. Na reportagem, a *IstoÉ* informava que o senador conhecia a lista com os votos dados na sessão secreta que cassou o senador Luiz Estevão, em 28 de junho passado.

Uma comissão administrativa do Senado investigou se o painel havia sido violado (o que foi confirmado), enquanto o Bloco Oposição pediu averiguações do Conselho de Ética

para opinar se Antonio Carlos havia ferido o decoro parlamentar. Durante as investigações, funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) confirmaram a violação e sua ex-diretora, Regina Célia Peres Borges, afirmou ao conselho que a lista dos votos fora retirada a pedido do então senador José Roberto Arruda.

Arruda insistiu que apenas consultou a ex-diretora sobre a possibilidade de se conhecer os votos do painel. Disse ainda ter mostrado a lista a Antonio Carlos, o qual telefonou a Regina Borges para tranqüilizá-la. O relator do conselho, senador Roberto Saturnino, concluiu que os dois cometeram “irregularidade grave” e solicitou à Mesa do Senado a abertura de processo de cassação dos mandatos dos dois envolvidos. O plenário do conselho aprovou o relatório na quarta-feira e, antes que a Mesa se pronunciasse sobre a abertura do processo de cassação, Arruda renunciou na manhã de ontem. Conforme a assessoria de Antonio Carlos, o ex-presidente do Senado pretende fazer o mesmo na próxima quarta-feira. (Veja a cronologia completa do caso nas páginas 6 e 7).

## Antes da política, a engenharia e a administração

**E**ngenheiro elétrico, o senador José Roberto Arruda começou a vida pública como diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em 1979, ficando no posto até 1982. Antes de eleger-se senador, em 1994, Arruda voltou-se para a área técnica, tendo ocupado postos como o de secretário de Modernização Administrativa e Informática do Ministério de Minas e Energia, em 1985, e diretor da Companhia Energética de Brasília (CEB), entre 1985 e 1990.

Sua formação eminentemente técnica o levou a publicar vários trabalhos, nos quais o cálculo matemático contava bem mais que as estratégias políticas. Trigonometria Plana, publicado em 1974, é um exemplo. O então futuro senador também debruçou-se, no entanto, sobre questões práticas e hoje muito atuais, como o racionamento de energia elétrica, que abordou em 1988 por meio de análise do programa

argentino.

Arruda voltaria ao palco da política como chefe do Gabinete Civil do governo do Distrito Federal, em 1991. Em seguida ocupou a Secretaria de Obras, permanecendo ali até 1994, quando foi eleito para o mandato de senador, com início no ano seguinte e término previsto para 2003, com 301.194 votos (22,48% dos votos válidos).

No Senado, Arruda destacou-se como vice-líder e líder do governo, mas integrou as comissões permanentes de Serviços de Infra-Estrutura, de Educação, de Assuntos Econômicos e a comissão especial destinada a acompanhar as propostas necessárias à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat 2). Participou ainda, como membro titular, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro Nacional, em 1999.

## VIOLAÇÃO DO PAINEL

## Da investigação à renúncia, passo a passo

REGISTRO DE COMPARECIMENTO - ITEM 1 DA PAUTA							28 de Jun de 2000	HORA 17:00
DEIVAN BORGES	A. C. MAGALHÃES	JOSÉ R. ARRUDA	A. ANDRADE	OSMAR DAS	MARLUCE RYTO	PEDRO PIVA	TOT: 80	
S. ROCKA	DANILHA DEISA	LUISO DAMPA	J. BARBALHO	R. REIS	WOMERO JUCA	ROMEU FLAM		
JOSÉ SARNEY	PAULO SOUTO	LUIS ESTEVÃO	LUIS STÁVIO	ALVARO DAS		E. SUTKUY		
	L. ALCANTARA	ALFONSO PORTO	CURHA LIMA	E. ANDRINI	C. HALDHAR	A. S. VALADARES		
B. GARRAL	S. MACHADO	FRANDELINO	M. ROBERTO	M. BRANCO	G. ALTHOFF	JOSÉ E. DUTRA		
S. FERES	LUIS FONTES	JOSÉ ALENCAR	NEY SUAREZ	JANIR LAMOU	J. BORRHAUSEN	W. DE GARRA		
D. VEDRANO								

2000

## O momento da violação

**28/06** O Senado aprova a cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), por 52 votos a favor, 18 contrários e 10 abstenções. O painel registra o comparecimento de 80 senadores, mas não o voto de cada um, já que se tratava de votação secreta.

2001

## Conversa revelada

**22/02** A edição da revista *IstoÉ* chega às bancas com a reportagem "Abaixo da Cintura", em que é revelado o teor de conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães, ex-diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, e três procuradores da República (Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly), realizada na Procuradoria da República no dia 19 de fevereiro. Entre as revelações e acusações feitas, ACM diz possuir a lista com os votos dos senadores na votação secreta que cassou Estevão. "Eu tenho a lista com o nome das pessoas que votaram" e "a senadora Heloísa Helena (PT-AL) votou contra a cassação" teriam sido duas frases ditas por Antonio Carlos.



## Denúncia ao Conselho de Ética

**1º/03** O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), e o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA), apresentam denúncia ao Conselho de Ética para que seja feita a apuração "preliminar e sumária" dos fatos narrados no reportagem de *IstoÉ*.



## O envolvimento de servidores

**05/03** Os autores da denúncia e o líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES), solicitam o aditamento de matérias da *Folha de S. Paulo*, que revela que servidor do Prodasen teria entregue a lista dos votos na sessão que cassou Estevão, e da *IstoÉ*, que revela que os procuradores ainda possuíam cópia da fita da conversa com ACM. Os parlamentares solicitam que a fita, gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza, seja requerida à Procuradoria da República.



Oposição formaliza a denúncia

## A entrega da fita

**08/03** O Conselho de Ética recebe laudo do perito Ricardo Molina Figueiredo com a degravação da fita recebida da revista *IstoÉ*.



Procurador fala aos senadores

## Os primeiros depoimentos

**14/03** Os jornalistas Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas Filho, autores da reportagem da revista *IstoÉ*, e os três procuradores são ouvidos em audiência do Conselho de Ética.



Jader e Wilson recebem laudo

## As falhas do sistema

**27/03** O Conselho de Ética recebe laudo de peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) sobre o painel eletrônico do Senado, confirmando que o sistema apresenta diversas vulnerabilidades e possibilidades de violação.

## Reunião secreta

**28/03** O Conselho de Ética promove reunião secreta para ouvir os procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly.

## Mais detalhes da fita

**04/04** O Conselho de Ética recebe novo laudo do perito Ricardo Molina em que foram detectadas mais frases pela aplicação de processos digitais de filtragem.



Jader informa que houve violação

## Arruda nega tudo

**09/04** Em discurso, o senador José Roberto Arruda nega qualquer envolvimento na violação do painel eletrônico. Arruda chama a reportagem da revista *IstoÉ* - que revela que ele teria passado a Antonio Carlos a lista de votação - de "surrealista" e "sem pé nem cabeça". Diz ter cumprido o dever de divulgar sua versão da história.

## Violação constatada

**17/04** O presidente do Senado, Jader Barbalho, anuncia

que a comissão de inquérito do Senado que investigou a violação do painel constatou a fraude. Em depoimento à comissão, Regina Borges e demais envolvidos haviam indicado que Arruda teria pedido a lista de votação da sessão secreta que cassou Estevão, por solicitação do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.



Arruda nega tudo em discurso no Plenário

## Arruda reitera a negativa

**17/04** Arruda discursa em Plenário, contradiz a ex-diretora do Prodasen e reafirma não ter participação no episódio e não ter conversado com Antonio Carlos sobre o assunto. "Não solicitei lista, não me foi entregue, e a desafio e a qualquer cidadão a oferecer qualquer vírgula de prova de que eu possa ter intermediado esse gesto", disse, questionando o porquê de seu nome estar sendo envolvido no caso.



ACM nega e desafia

## ACM nega envolvimento

**17/04** Em Plenário, Antonio Carlos garante sua inocência no episódio de violação do painel e pede que seja feita uma acareação com os servidores que teriam revelado o seu envolvimento. "Posso assegurar que ninguém ouviu de minha boca que desejava ter acesso à lista de votação."

## Novas negativas

**18/04** Arruda apresenta fotos e documentos para desmentir versão de Regina Borges. Ele procura demonstrar que não esteve com a ex-diretora do Prodasen na noite de 27 de junho de 2000, quando, segundo Regina, o senador teria lhe pedido a lista de votação da sessão secreta marcada para o dia seguinte. "Está na hora de dar um basta. Chega de leviandade", declarou Arruda em Plenário. Em aparte, Antonio Carlos disse: "Quero parabenizar V. Exa. por trazer a verdade neste episódio e dizer que desafio qualquer pessoa a provar que eu tenha tratado com a dra. Regina ou qualquer funcionário ou senador sobre este assunto".

## Comissão conclui investigações

**18/04** A comissão que investigou a possibilidade de violação do painel eletrônico entrega seu relatório final, que contém o resultado da perícia técnica realizada pelos técnicos da Unicamp. O relatório conclui que o painel eletrônico fora violado no dia anterior à sessão que cassou Estevão, realizada em 28 de junho de 2000, e apresenta a confissão da ex-diretora do Prodasen, Regina Célia Borges, de outros quatro servidores do Prodasen e do programador Sebastião Gazolla.



Wilson entrega relatório a Jader

## Ex-diretora conta detalhes

**19/04** A ex-diretora do Prodasen Regina Borges depõe no Conselho de Ética e fornece detalhes sobre a violação do painel eletrônico. Segundo ela, o senador José Roberto Arruda teria solicitado a obtenção da lista com os votos dos senadores, e agira por determinação do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.



Regina Borges conta sua versão

## Mais conversas reveladas

**19/04** Na reunião do Conselho de Ética, José Eduardo Dutra narra conversa em que Arruda teria revelado a possibilidade de violação do sistema. Também revela conversa mantida com Antonio Carlos no dia seguinte à cassação de Estevão, em que o ex-presidente do Senado teria afirmado: "Sua líder (a senadora Heloísa Helena, então líder do Bloco Oposição) não votou com a gente".

## Arruda admite que errou

**23/04** Em discurso em Plenário, Arruda se desmente e confirma ter sondado a ex-diretora do Prodasen sobre a segurança do painel eletrônico. "Errei", admite entre lágrimas. O senador deixa a liderança do governo no Senado.



Arruda reconhece erro

## VIOLAÇÃO DO PAINEL



Heitor Ledur depõe no conselho

### Sem partido

**24/04** Pressionado pelos deputados, Arruda pede desfiliação ao PSDB.

### Servidores explicam a violação

**24/04** Os servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Domingos Lamoglia e o programador Sebastião Gazolla são ouvidos no Conselho de Ética e confirmam a versão apresentada pela ex-diretora do Prodasen.



ACM afirma que seu nome foi usado sem consentimento



Arruda confirma consulta a pedido de ACM

### O depoimento de ACM

**26/04** Antonio Carlos depõe no Conselho de Ética e confirma ter recebido a lista de votação de Arruda, mas diz não tê-lo autorizado a falar em seu nome. Ele justifica que "razões de Estado" o levaram a não apurar a violação do painel eletrônico e a rasgar a lista de votação que lhe foi entregue. "Meu nome foi usado sem meu consentimento e conhecimento", disse.

### O depoimento de Arruda

**27/04** Arruda depõe no Conselho de Ética e diz ter apenas consultado Regina Borges sobre a segurança do painel eletrônico. Ele confirma ter agido a pedido de Antonio Carlos.

### Em busca da verdade

**27/04** O Conselho de Ética decide fazer uma acareação entre Antonio Carlos, Arruda e Regina Borges.

### Contradições mantidas

**03/05** Conselho de Ética realiza acareação e os três envolvidos mantêm suas versões.



Regina, ACM e Arruda mantiveram suas versões durante acareação inédita na história do Senado

### Relatório adiado

**04/05** Diante de reportagens publicadas na imprensa nesse dia antecipando que pediria abertura de processo de cassação, o relator no Conselho de Ética, senador Roberto Saturnino, adia a entrega do seu relatório, antes marcada para 10 de maio.

### Investigação encerrada

**08/05** O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, encerra as apurações sobre o caso e marca a apreciação do relatório de Roberto Saturnino para o dia 16.



Tebet encerra fase de investigação



Saturnino encontrou indícios de quebra de decoro

por quebra de decoro parlamentar.

### Saturnino pede processo

**16/05** Roberto Saturnino sugere que a Mesa do Senado abra processo de cassação contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda por quebra de decoro parlamentar. Tebet concede vista do relatório de Saturnino até o dia 23 e anuncia que a decisão será tomada em votação aberta e ostensiva.

### Relatório aprovado

**23/05** O Conselho de Ética decide, após sete horas de reunião, aprovar o relatório de Roberto Saturnino e pedir à Mesa a abertura de processo de cassação contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda



Votação do relatório foi acompanhada de manifestação em frente ao Congresso Nacional

### Renúncia

**24/05** O senador José Roberto Arruda renuncia ao mandato.



Arruda discursa em Plenário pela última vez, anunciando sua renúncia

**Paralelamente ao processo no Conselho de Ética, os servidores envolvidos respondem a processo administrativo no Senado.**



Sebastião Rocha está preocupado com as denúncias de fraude ambiental

## Rocha quer debate sobre exploração de petróleo no AP

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reafirmou sua disposição de propor, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a realização de audiência pública em Macapá (AP) para debater questões referentes à exploração de petróleo na costa do Amapá. Um dos motivos para a proposta foi a matéria publicada no *Jornal do Brasil* sobre suspeita de envolvimento da Esso Brasileira de Petróleo e da BP Oil Company em fraude ambiental.

As duas empresas ganharam licitação promovida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para explorar poços na bacia da foz do Rio Amazonas, nas costas do Pará e Amapá. A suspeita é que a Esso e a BP Oil apresentaram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) relatórios de controle ambiental fraudados. O documento é exigência prévia à liberação dos perfurações.

Outra preocupação do senador é evitar que a infra-estrutura logística de apoio à produção do petróleo seja instalada no Pará. Ele defendeu que a Esso e a BP Oil montem suas estruturas no Amapá, de preferência nos municípios de Macapá, Santana e Amapá. "Faço um apelo aos demais parlamentares do estado e ao governador João Alberto Capiberibe – com quem tenho divergências políticas – para que o direito do Amapá seja respeitado."

Sebastião Rocha quer evitar o que aconteceu quando o caulim passou a ser explorado no Amapá, na época do regime militar. "A exploração, o beneficiamento e a exportação do caulim ocorreram, por razões não muito bem explicadas, na margem direita do Rio Jari, do lado do Pará." Ele explicou que o caulim sai da mina localizada no Amapá, percorre uma tubulação no leito do rio e vai para a fábrica de beneficiamento em terras paraenses. "A maior parte das vantagens econômicas é aquinhoada pelo estado do Pará."

# Bezerra punirá faltosos da Comissão de Orçamento

Segundo o presidente da CMO, a medida deve ser adotada para garantir o quórum nas reuniões. A decisão será anunciada a líderes partidários

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), anunciou ontem que vai procurar, nas próximas horas, o presidente do Senado, Jader Barbalho, para solicitar reunião com todas as lideranças partidárias. Ele pretende comunicar que vai aplicar a regra do Regimento Interno do Senado que determina o afastamento, do colegiado, daquele parlamentar que faltar a três reuniões consecutivas ou seis alternadas.

Carlos Bezerra não conseguiu, na reunião de ontem, cumprir a pauta prevista por falta de quórum na bancada do Senado. Ele explicou que a Comissão de Orçamento tem



Para Bezerra, a CMO não pode abrir mão das responsabilidades

prazos rigorosos a serem cumpridos e não abrirá mão das suas responsabilidades.

O senador ressaltou que o colegiado tem até o dia 4 de junho para receber o parecer da relatora, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002 (LDO). E pretende

discutir e votar o parecer e as emendas apresentadas e encaminhar a proposta de LDO para a Mesa do Congresso, que deve deliberar sobre a proposta governamental até o dia 30 de junho.

Como o projeto da LDO para 2002 foi encaminhado ao Congresso antes da eclosão da crise de energia, é consenso na comissão

a retomada de novos entendimentos com o governo, a fim de adaptar o texto ao atual cenário. Vários parlamentares apresentaram emendas nesse sentido. A relatora pretende formar, de imediato, comissão para realizar análise e triagem das propostas.

Na próxima quarta-feira, dia 30, a Comissão de Orçamento promoverá audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, para discutir as metas fiscais e questões ligadas à Lei da Responsabilidade Fiscal, diante da crise energética.

Os itens que não puderam ser votados ontem por falta de quórum, entre eles projeto de lei que abre crédito suplementar orçamentário no valor de R\$ 14,67 milhões em favor da Presidência da República, voltarão à pauta na próxima reunião da comissão, dia 29.

## Ricardo Santos pede fim do IPI sobre produtos de mármore

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) fez ontem, em Plenário, apelo ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal para que seja cancelada a aplicação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao setor de granito e mármore. Desde 1984, os produtos acabados e semi-acabados do segmento eram beneficiados com alíquota zero, mas a partir de 1º de maio último passou a vigorar a cobrança de 10% de IPI sobre o setor.

Há cerca de um mês, Ricardo Santos, acompanhado de parlamentares e empresários do setor, tratou da questão com os ministros da Casa Civil, Pedro Parente, e da Fa-

zenda, Pedro Malan, e com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. As autoridades argumentaram que a taxação seria necessária para fazer a convergência de alíquotas com produtos similares, como a cerâmica branca usada em pisos e revestimentos.

Para Ricardo Santos, a decisão do governo acabou tratando de "maneira igual setores totalmente desiguais". Enquanto o setor de granito e mármore tem oferta pulverizada e é liderado por médias, pequenas e microempresas, concentradas em regiões pobres do país, o de cerâmica branca, segundo o senador, é formado por empresas de grande porte, que, além do poder de mercado,



A medida, segundo Ricardo Santos, tornará o setor mais competitivo

já absorveram a tributação de 10% de IPI em sua estrutura de custos.

– São segmentos industriais que possuem organização empresarial e estruturas de oferta totalmente distintas – afirmou. O parlamentar capixaba teme que a crise energética agrave os prejuízos acarretados pela taxação do setor, reduzindo a rentabilidade das empresas e sua capacidade de investir em tecnologia para tornar seus produtos mais competitivos.

## Nabor apela à Petrobras por manutenção de base no Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fez ontem apelo à Petrobras e ao Departamento Nacional de Combustíveis para manter em funcionamento a base de distribuição de combustíveis em Rio Branco (AC), revendo a decisão de fechá-la. Segundo disse, se a base for fechada, os preços dos derivados de petróleo no Acre vão subir cerca de 15%, uma

vez que será usada a tabela de Manaus (AM) ou a de Porto Velho (RO), acrescida dos custos dos fretes até o Acre.

Nabor protestou contra a medida que, em sua opinião, irá sacrificar toda a população do estado. Ele argumentou que os 250 mil habitantes de Rio Branco serão duplamente prejudicados, pois terão ainda suas tarifas de



Nabor: se a base for fechada, preços dos derivados subirão

energia elétrica majoradas, uma vez que a capital acreana é abastecida por usinas termelétricas, que usam derivados de petróleo para seu funcionamento.



Suplicy informou que os acordos com os trabalhadores da emissora não estão sendo cumpridos

## Suplicy cobra pagamento a servidores da Rede TV!

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou ontem em Plenário contra a "iminente perpetuação de uma injustiça" contra os trabalhadores da TV Ômega (Rede TV!), antiga TV Manchete. Apesar do acordo celebrado em 1981 entre a emissora e seus funcionários, para pagamento de dívidas trabalhistas, o parlamentar disse que até hoje as pendências não foram resolvidas.

Embora o acordo tenha sido intermediado pelo governo federal, Suplicy disse que nem a TV Manchete e tampouco a TV Ômega, sua sucessora, efetuaram a quitação dos salários em atraso, a manutenção dos pagamentos subsequentes em dia ou a liquidação das dívidas junto ao INSS e ao FGTS. O senador paulista solicitou a realização de audiência pública sobre o tema na Comissão de Educação.

– O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), informou que a realização da audiência está dependendo apenas da complementação de documentos necessários para que se analise a matéria – informou. Suplicy lembrou ainda que recentemente representantes dos funcionários da emissora pediram o apoio do presidente do Senado, Jader Barbalho, para que a renovação da concessão da emissora não ocorra antes de o problema ser solucionado.

### RENÚNCIA

Suplicy também comentou a decisão do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) de renunciar ao mandato. "Ao cumprimentá-lo, disse que também adotaria essa atitude se tivesse cometido os mesmos erros", informou.

O senador petista considerou o ato de Arruda um "caminho de coragem, que merece ser respeitado", observando que o senador Antonio Carlos também pode tomar decisão idêntica.



# Crise política marcou a semana, mas houve votações importantes

O Plenário aprovou quarta-feira projeto que assegura a gestantes e pessoas com dificuldades de locomoção o acesso a ônibus e recintos destinados a uso coletivo por entrada alternativa

O parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar favorável à abertura de processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a renúncia deste último concentraram a atenção do Senado ao longo da semana, mas foram votadas matérias relevantes.

O Plenário decidiu que as gestantes e as pessoas com dificuldade de locomoção ou portadoras de deficiência física têm direito de acesso a ônibus ou recintos destinados a

uso coletivo por uma entrada alternativa que lhes facilite a mobilidade. O projeto, que teve origem na Câmara, contemplava o direito das gestantes de utilizar a porta traseira dos ônibus providos de catraca. Os senadores substituíram a expressão "porta traseira" por "acesso alternativo", a fim de contemplar qualquer re-



Os senadores também aprovaram urgência para projeto que autoriza o governo a contratar empréstimo de até US\$ 757,5 milhões, no Banco Mundial, destinado a ajuste do setor público

cinto onde seja difícil a entrada de gestantes e deficientes.

Foi também aprovado requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que se proceda à identificação do beneficiário de cheque da prefeitura de Maringá (PR), depositado na agência do Banco do Brasil no Senado e nominativo ao extinto

Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Emitido em 28 de janeiro de 1999, o cheque tem valor de R\$ 92.160,00.

O Senado aprovou ainda requerimento de urgência para votação de projeto de resolução autorizando o Brasil a contratar até US\$ 757,5 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), na modalidade de empréstimo pro-

gramado para ajuste do setor público. Apesar de alegar pressa para obter essa autorização, só na quarta-feira o governo mandou ao Senado os originais autenticados do pedido, que será votado terça-feira.

Em primeiro turno, o Senado aprovou proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal.

O Plenário adiou para a próxima quarta-feira a votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Junior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição. O Senado aprovou também decretos legislativos renovando a autorização para 21 emissoras de rádio.

## Socorro financeiro a Cacciola volta ao debate nas comissões

O vazamento de informações privilegiadas do Banco Central na crise cambial de 1999 e a hipótese de o banqueiro Salvatore Cacciola ter chantageado o então presidente da instituição, Francisco Lopes, para obter socorro financeiro de R\$ 1 bilhão voltaram ao debate no Senado. As comissões de Fiscalização e Controle (CFC) e de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram nesta semana realizar audiência pública para obter mais esclarecimentos sobre o assunto.

A audiência será realizada com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a diretora de Fiscalização do BC, Tereza Grossi, que, conforme o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), organizou os trâmites daquela decisão, sendo depois promovida ao cargo que hoje ocupa. Suplicy deseja que essas autoridades expliquem se ocorreram as chantagens noticiadas em matéria da revista *Veja* e que teriam culminado na venda de dólares por preço privilegiado



Audiência nas comissões de Fiscalização e Controle (foto) e de Assuntos Econômicos terá participação de Pedro Malan, Armínio Fraga e Tereza Grossi

ao banco de Cacciola.

Também nesta semana, a CAE aprovou projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) determinando que o governo submeta ao exame do Senado as alterações de alíquotas cobradas no Imposto de Importação. Segundo a proposta, o Senado terá 60 dias para discutir essas alterações.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou o substitutivo do sena-

dor Pedro Piva (PSDB-SP) a projeto que restringe o uso de armas de fogo, proibindo o porte para o cidadão comum, mas permitindo a posse na residência.

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que a Mesa do Senado adote providências necessárias à realização de uma auditoria externa no Sistema Eleitoral Informatizado (SEI)

do Tribunal Superior Eleitoral. A CCJ também aprovou projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta o comércio eletrônico na Internet. E, por unanimidade, acolheu projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte.

Na Comissão de Educação, foi decidido, com a aprovação de projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que os municípios poderão passar a receber um terço dos recursos destinados ao salário-educação.

Na CPI do Futebol, o tesoureiro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ariberto Pereira dos Santos Filho, confirmou que essa entidade emitia cheques nominais à sua conta destinados a pagamentos de despesas correntes da confederação. E na CPI que investiga as organizações não-governamentais, o escritor Lourenço Carrasco, coordenador do livro *A Máfia Verde*, acusou as ONGs de impedirem investimentos hidrelétricos na Amazônia.



Segundo Edison Lobão, estado do Maranhão deve erradicar doença até o ano 2003

## Lobão pede ao governo medidas contra aftosa

A possibilidade de surtos de febre aftosa no rebanho bovino maranhense levou o senador Edison Lobão (PFL-MA) a pedir a atenção do governo federal para o problema, investindo recursos na vacinação de animais, do mesmo modo que vem fazendo a região Sul do país. Lobão elogiou a campanha desenvolvida pelo governo do Maranhão, que se propõe a erradicar a doença até 2003.

— A governadora Roseana Sarney está colocando à disposição dos técnicos todo o instrumental necessário à vacinação de dezenas de milhares de animais do plantel bovino maranhense — disse Lobão.

Ao fim da campanha, explicou o senador, será solicitada uma auditoria do Ministério da Agricultura com o objetivo de levar o estado, progressivamente, à situação de zona livre da doença, o que deve acontecer até 2003.

Lobão apresentou números que comprovam a importância da atividade pecuária para a economia do Maranhão. Com o segundo maior rebanho do Nordeste, o Maranhão corre o risco de viver uma situação de calamidade, caso não sejam tomadas medidas para combater a doença. No Maranhão, a pecuária gera 32 mil empregos diretos e 64 mil indiretos. A participação da atividade na renda estadual é de 20%, com vendas anuais de 588 mil animais, fora os abates clandestinos não alcançados pelas estatísticas oficiais.

— O rebanho bovino do Maranhão merece do governo federal o mesmo apoio que presentemente está sendo oferecido aos rebanhos dos estados sulistas. É dever da União amparar as unidades da Federação na solução de problemas que podem atingir a nação como um todo — observou.

# Subcomissão do Cinema vai ouvir ministro da Cultura

Segunda etapa dos trabalhos será iniciada com depoimentos dos integrantes do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, será o primeiro representante do governo ouvido pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, conforme requerimento de seu presidente, senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovado ontem. A audiência pública será realizada na próxima quinta-feira, às 9h, e contará também com a participação do produtor de cinema Luís Carlos Barreto e o pesquisador e diretor Gustavo Dahl ou o distribuidor Rodrigo Saturnino Braga.

Com a definição desses nomes, a subcomissão inicia a segunda etapa das suas atividades. Durante a reunião, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) – relator da primeira etapa dos trabalhos, de julho de 1999 a novembro de 2000 – distribuiu uma cópia do seu relatório. O documento inclui os debates realizados com produtores, distribuidores, exibidores e gente do mundo acadêmico, além de recomendações voltadas para fortalecer a produção audiovisual brasileira, que hoje ocupa menos de 20% do mercado interno.

Freitas Neto esclareceu que os nomes incluídos em seu requerimento integram o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic), cri-



Freitas Neto, que preside a subcomissão, propôs a audiência marcada para quinta-feira

ado pelo governo para definir políticas públicas para o setor de audiovisual. O grupo é coordenado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e dele fazem parte oito representantes do Executivo e cinco nomes ligados às atividades cinematográficas.

O vice-presidente da subcomissão, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), se disse otimista em relação aos resultados que poderão ser alcançados com a colaboração do Congresso, do Executivo “e dos próprios interessados, em prol do cinema brasileiro”.

O senador Geraldo Cândido

(PT-RJ) recomendou que a subcomissão se empenhe em regulamentar o Conselho de Comunicação, criado pela Constituição de 1988. Na sua opinião, os interesses da sociedade certamente serão mais observados nos processos de outorga e renovação de rádios e TVs com a regulamentação do conselho.

Cândido criticou ainda recente medida provisória em que o próprio Executivo se concede o poder de fornecer autorização provisória para outorga e renovação no setor de radiodifusão sonora e visual. Para o senador, a MP representa mais um avanço do Executivo nas atribuições do Congresso.

Roberto Saturnino, que registrou seu apoio quanto à importância da regulamentação do Conselho de Comunicação, propôs a realização de audiência pública com representantes da Rádio MEC. Ele lamentou que essa emissora esteja atravessando “um momento difícil”, marcado pela falta de funcionários e de aparelhagem, o que se reflete na qualidade da sua programação. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), por sua vez, propôs-se a apresentar sugestões de atividades para a subcomissão no campo da informática.

## Francelino registra participação de servidor em debate

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou ontem que o servidor do Senado João Silveira, lotado em seu gabinete, participou de debate sobre a reestruturação das indústrias nacionais de cinema, como convidado do 5º Festival de Cinema Brasileiro de Miami. O funcionário falou sobre o tema “Estratégias Brasileiras e Internacionais”, disse o senador.

Conforme Francelino, João Silveira, que viajou sem custos para o Senado, destacou a contribuição que a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática vem prestando “nesse novo momento que o audiovisual está experimentando, a partir do sucesso do filme *Central do Brasil*, de Walter Salles Júnior”.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h – *Cores do Brasil* – Rio Grande do Sul  
6h30 – *Agenda Econômica* – Reflexos da crise energética na economia  
7h30 – *Entrevista* – O cineasta Vladimir de Carvalho fala sobre o Documentário Barra 68  
8h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia  
8h30 – *Saúde/Unip* – Alcoólicos Anônimos – Parte 1  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
*Logo após* – Comissão de Assuntos Sociais – Audiência pública com o ministro Ovídio de Angelis (gravado)  
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Clássica-Allegro – Parte 1  
19h30 – *Cidadania* – O senador Tião Viana e os médicos Sérgio Timerman, da Fundação Interamericana do Coração, e Luiz Henrique

Hargreaves, da Sociedade Brasileira de Medicina de Emergência, falam sobre a morte súbita  
20h30 – *Entrevista* – O cineasta Vladimir de Carvalho fala sobre o Documentário Barra 68  
21h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia  
21h30 – *Especial* – A Leitura da Imagem  
22h – *Espaço Cultural* – Memórias Póstumas

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h – Música, informação e serviços  
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h – Sessão Plenária do Senado  
Em seguida – Música e informação  
14h15 – *Senado Notícias*  
19h – *A Voz do Brasil*  
20h – Música e informação  
22h – *Senado Notícias* – Edição da Noite  
23h – *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Igreja Matriz de Pirenópolis, onde se realiza a Festa do Divino Espírito Santo, de hoje até 5 de junho

## Mauro destaca Festa do Divino em Pirenópolis

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) convidou todos os que acompanharam seu pronunciamento de ontem a participar da Festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis (GO), de hoje até 5 de junho. Segundo o senador, indo à festa os visitantes conhe-



Mauro: Pirenópolis mantém e valoriza suas tradições

cerão uma cidade que mantém e valoriza suas tradições.

– Ali todos terão a oportunidade de ver uma cidade, muito próxima de Brasília, que não perdeu sua história nem suas tradições, nem rejeitou os valores modernos que merecem ser cultivados – afirmou o senador, destacando que a cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1988.

Mauro Miranda informou que a Festa do Divino, de origem religiosa, foi iniciada em 1819, ainda no Brasil Colônia, pelo coronel Joaquim da Costa Teixeira, que foi consagrado “Imperador do Divino”. O propósito dos festejos, disse, é homenagear o Espírito Santo, Ter-

ceira Pessoa da Santíssima Trindade.

O senador comunicou ainda que, durante os doze dias de festa, Pirenópolis apresenta aos habitantes e turistas desfiles da Banda de Música Phoenix e da Banda de Couros, que tocam congadas, bailes e forrós em quermesses, com

diversas brincadeiras. O ponto alto, continuou Mauro Miranda, são as Cavalhadas, apresentação da Batalha de Carlos Magno contra os exércitos islâmicos que culminou com a expulsão dos mouros da Península Ibérica, retomada pela fé cristã.

Na opinião do senador, uma visita a Pirenópolis é uma grande opção para quem deseja fugir “das imensas regiões metropolitanas em que o ser humano muitas vezes se torna mera peça insignificante de uma engrenagem cruel, em que as pessoas perdem suas tradições e raízes, passando a ser indivíduos infelizes e solitários”.

# Maguito defende suspensão das privatizações

Em função da política econômica e dos compromissos com o FMI, as estatais deixaram de investir e as empresas privadas “foram colocadas nas mãos de investidores que não investem”, segundo o senador

## Iris Rezende prega pacote emergencial de investimentos

Ao comentar a crise de energia, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu a suspensão do processo de privatização do setor para que o Brasil “reconstrua seus caminhos e repense os rumos da economia”. O senador pregou o lançamento de um pacote emergencial de investi-



Iris ressalta que país precisa acreditar nas suas potencialidades

mentos para quatro setores estratégicos: energia, agricultura, saneamento básico e transportes.

Afirmado que a globalização serviu somente para atender aos interesses dos países ricos e industrializados, Iris ressaltou que é urgente assimilar este aprendizado.

– Repensar o país, hoje, é colocar a valorização da economia nacional como meta essencial a ser atingida. O país precisa voltar para si, fomentar os seus próprios valores e acreditar nas suas potencialidades – afirmou.

Iris acredita que não é mais possível manter a dependência do país do capital estrangeiro, pois a experiência “mostra que este caminho não deu certo”. No caso específico do setor energético, destacou, o governo não investiu os recursos necessários porque esperava vender as companhias e a iniciativa privada também não investiu porque esperava o momento certo para comprá-las.

O senador defendeu a retomada da construção de hidrelétricas, o estabelecimento de uma política agropecuária definitiva, investimentos no saneamento básico e no setor de transportes. Esses quatro pontos emergenciais, segundo o senador, apontam para um novo entendimento da realidade brasileira.

## Geraldo Cândido critica a desestatização de serviços

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) condenou as privatizações do serviço de limpeza pública promovidas por alguns pequenos municípios do país e criticou as intenções do governo Fernando Henrique Cardoso de privatizar os serviços de água e esgoto. O parlamentar acredita



Cândido teme aumento de tarifas sem melhoria na qualidade

que, a exemplo do que aconteceu em outros países, ao se passarem esses serviços para as mãos da iniciativa privada o resultado vai ser o aumento das tarifas, sem melhoria na qualidade dos serviços prestados, conforme a experiência inglesa o comprovava.

Em 1989, afirmou Geraldo Cândido, a então primeira-ministra Margaret Thatcher privatizou os serviços de saneamento do país. Em dois anos as tarifas subiram 30%, os lucros das companhias chegaram a 360% e a falta de água na Inglaterra durante o verão fez com que o nú-

mero de ingleses revoltados com a privatização aumentasse a cada dia, relatou.

No Rio de Janeiro, o senador disse que mais de 300 mil consumidores inadimplentes tiveram os seus serviços de água cortados, enquanto os órgãos estaduais figuram na lista dos maiores devedores da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae). Só o Palácio Guanabara tem uma dívida de R\$ 2,3 milhões com a empresa do estado, ressaltou.

Na sua avaliação, o caso do Rio de Janeiro é típico de má gestão estadual e federal. Segundo o parlamentar, o Executivo não tem repassado os recursos para o setor de forma adequada: em 2000, dos R\$ 13 milhões previstos no Orçamento da União para financiar a implantação, ampliação e melhorias do sistema de saneamento estadual, apenas 19% foram liberados.

A suspensão imediata das privatizações do setor elétrico e sua revisão foram ontem defendidas em Plenário



pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ao analisar a crise energética, o senador afirmou que o atual governo não pode ser eximido de culpa. Ele classificou o processo de privatização como “atabalhoado”, acrescentando que só tem causado prejuízos à população.

Maguito Vilela lembrou que em razão da política econômica e dos compromissos com o Fundo Monetário Internacional as companhias estatais deixaram de investir, e as empresas privadas “foram colocadas nas mãos de investido-

res que não investem, até porque, pelas regras da privatização, não foram levados a esta obrigação”. Em defesa de seu argumento de parar o processo de privatização, Maguito citou, ainda, discurso do senador Iris Rezende (PMDB-GO), o qual lembrou que a crise de energia fará cair o preço das companhias do setor.

Maguito afirmou ainda que a crise energética não se encerra em si mesmo e defendeu a adoção urgente de um plano amplo de investimentos não apenas no setor elétrico, mas também no de transportes.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que a fal-

ta de oferta de energia é apenas um estilhaço da bomba que vai estourar sobre a cabeça da população. Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que não aceita uma crise dessas

proporções na oitava economia do mundo e classificou a crise como um “vexame nacional”. Pedro Simon (PMDB-RS) considerou lamentável a atitude do governo de editar medida provisória restringindo os direitos dos consumidores.



Para Maguito, processo de privatização é “atabalhoado”

## Carlos Patrocínio culpa governo pela crise

A crise energética só tem um culpado: o governo. Esta foi a tônica do discurso do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que criticou ontem a equipe econômica do governo Fernando Henrique, que teria impedido investimentos na distribuição e na geração de energia, visando a privatização. Patrocínio eximiu de culpa, na crise, os ministros do PFL, que teriam alertado o governo sobre a necessidade de novos investimentos.

O senador lembrou ainda que a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) lançou,



Patrocínio disse que ministros do PFL alertaram governo

em maio do ano passado, relatório alertando sobre o risco de racionamento de energia e a necessidade de economia. O relatório foi ignorado pelo governo. O senador mencionou também o alerta da ONG Ilumina, que aponta para prejuízos da ordem de US\$ 50 bilhões por ano, caso o racionamento atinja apenas 15%.

Carlos Patrocínio atacou a privatização no setor energético, que, entre outras conseqüências, trouxe aumento expressivo na tarifa de energia, estagnação nos investimentos e provocou o desemprego

de 100 mil pessoas.

O aumento da demanda de energia e a queda de investimentos no setor, segundo Patrocínio, eram evidentes desde 1997. Ele salientou ainda que apesar de sobrar água no reservatório da Usina de Itaipu, não foram construídas as linhas de transmissão para levar a sobra de energia do Sul para o Sudeste.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) parabenizou Patrocínio pelo discurso. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que o governo não merece toda a culpa. Já Ney Suassuna (PMDB-PB) lançou a culpa pela crise sobre a equipe econômica.

## É ilegal cobrar sobretaxa, afirma Ademir

Ao culpar a política econômica do governo federal pelos problemas energéticos do país, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) condenou a medida provisória que estabeleceu sobretaxas para quem consome mais de 200 kilowatts (kWh) de eletricidade e conclamou a população a acionar a Justiça para não se submeter à determinação. Ademir destacou que, mesmo que o cidadão que consome mais de 500 kWh economize 20%, vai ter que pagar mais pela energia que consumir.

– Não concordo com isso, acho que é um crime, é ilegal cobrar essa

sobretaxa até mesmo de quem reduzir o consumo em 20%. Isso é um imposto indireto. O povo não pode aceitar, tem que recorrer à Justiça.

Embora entenda que o governo deveria “assumir sua incompetência” na crise energética, Ademir observou que apenas o apelo para que os consumidores poupem 20% da eletricidade é razoável.

Ademir culpa a política econômica do governo federal, que privilegia o pagamento de juros da dí-



Ademir Andrade: população deve recorrer à Justiça

vida externa, pela falta dos investimentos necessários no setor energético. Segundo ele, com investimentos de US\$ 6 bilhões, o país poderia aumentar em cerca de 20% a oferta de energia, com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, com a capacidade de gerar 11 mil megawatts de energia. Esse investimento, disse, representa o que o país paga de serviços da dívida em apenas dois meses.

# Debate sobre Código Florestal reúne governo e ONGs

Durante audiência ontem a respeito da MP que traz a nova legislação, representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento apresentaram várias sugestões ao projeto de conversão

Autoridades da área de meio ambiente ouvidas ontem em audiência pública na comissão mista que analisa a medida provisória que institui o Código Florestal e trata do Imposto Territorial Rural (ITR) propuseram alterações no projeto de conversão.

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sebastião Azevedo, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sugeriu que o tamanho das pequenas propriedades seja fixado em módulos e não em hectares. Além disso, defendeu a definição das regras por ecossistemas – Pantanal, Floresta Amazônica, Cerrado –, e não por regiões. Azevedo destacou

que o ministério tem promovido a manutenção das reservas e áreas de preservação permanente, assim como procurado evitar a ocupação de áreas cobertas por florestas primárias e secundárias. Além disso, as terras obtidas na Amazônia Legal têm sido destinadas ao agroextrativismo, informou.

O representante do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Célio Porto, sugeriu, para melhoria do projeto de conversão, uma melhor definição da Amazônia Legal e tratamento diferenciado para o pequeno produtor. Célio Porto acredita também que os produtores devem ter uma compensação do Estado pelo não uso da terra para preservação. Ele

destacou que o agronegócio representa cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, promovendo o superávit comercial para o país.

Um clima de torcida organizada tomou conta da audiência da comissão. De um lado, produtores rurais aplaudiam os palestrantes que defendiam a necessidade de cultivar a terra. De outro, ambientalistas com cartazes, balões de ar, vaias e aplausos marcavam posição a favor da preservação das florestas.

Na avaliação da assessora técnica do Ministério do Meio Ambiente, Ana Cristina Von Behr, essa é a mais importante medida provisória em exame no Congresso Nacional.



A audiência reuniu, além de membros do Executivo, representantes de produtores rurais

## Medida provisória já foi reeditada 64 vezes

A Medida Provisória nº 2.080-63, que institui o Código Florestal e trata do Imposto Territorial Rural (ITR), deverá ser reeditada mais uma vez, antes que a comissão mista termine de examinar a matéria. O relator da MP, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), anunciou ontem que necessita de prazo maior para apresentar texto substitutivo que contemple as diferentes posições dos grupos envolvidos no debate. Segundo o presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), isso impedirá que a medida seja votada antes do dia 16 de junho, quando expira sua validade. A MP já foi reeditada 63 vezes.

Jonas Pinheiro observou, no entanto, que o adiamento contribuirá para que se chegue a um acordo em relação às difíceis questões tratadas pela medida. Ele informou que na próxima terça-feira,

dia 29, juntamente com o relator, participará de reunião com representantes das áreas de meio ambiente e desenvolvimento agrícola, do governo federal, além da Advocacia Geral da União. Será uma tentativa de se chegar a um consenso em relação aos pontos polêmicos da matéria. O senador acredita que, uma vez fechado um acordo, o substitutivo do relator poderá ser votado no prazo de cinco dias úteis após a reedição da MP.

As informações foram prestadas ao final da audiência. O debate durou mais de seis horas e, de acordo com Jonas Pinheiro, cumpriu o objetivo de debater com a sociedade a medida provisória. A questão mais polêmica refere-se à obrigatoriedade de manutenção de uma reserva de 80% do total da propriedade rural para preservação ambiental, destinando os restantes 20% para a produção.

## Moreira Mendes defende "meio termo"

Durante a audiência pública para debater a MP do Código Florestal, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu o meio termo como única solução para a questão ambiental. "Não se pode seguir a linha nem dos ambientalistas nem dos ruralistas extremados", disse. Para ele, o estado de Rondônia está traçando o cami-

nho correto, uma vez que a preocupação ambiental norteia o gerenciamento do estado, sem se descuidar do desenvolvimento econômico da região. Segundo disse, a solução é o zoneamento socioeconômico-ecológico, que foi instituído em todo o estado, depois de ampla discussão com a sociedade. Além disso, destacou,

Rondônia conta com todas as terras indígenas demarcadas.

Moreira Mendes pediu "muita responsabilidade" ao relator do projeto de conversão do Código Florestal, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). "Vamos defender florestas, biodiversidade, riberinhos, mas também o desenvolvimento econômico."

## ONGs apóiam proposta de nova legislação

As organizações não-governamentais (ONGs) que participaram da audiência pública na comissão mista que analisa a MP do Código Florestal e trata do Imposto Territorial Rural (ITR), realizada ontem de manhã, manifestaram seu apoio à criação da nova legislação, mas com algumas restrições.

A representante da Rede de ONGs da Mata Atlântica, Adriana Ramos, defendeu o novo Código Florestal conforme proposto pela MP, que fixa os Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) com 80% de preservação das florestas e matas existentes, e destina 20% para a produção e exploração agrícola. Ela criticou, entretanto, a exiguidade de tempo em que a matéria foi debatida com os vários setores da sociedade, sobretudo com aqueles diretamente envolvidos na questão. E solicitou às autoridades análise mais aprofundada dos impactos ambientais decorrentes da nova política proposta.



Também participaram da audiência representantes de várias ONGs ambientalistas

O representante do Fórum das ONGs Sociais e da organização Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, manifestou-se igualmente a favor da criação das ZEE, mas exigiu do governo o cumprimento da legislação a ser aprovada.

– Apoiamos o novo Código Florestal, mas queremos que ele seja para valer – frisou.

O presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), associação que congrega 513 ONGs na Amazônia, Claudionor Barbosa da Silva, pediu o adiamento da votação da MP, prevista para o início

do próximo mês. Ele quer maior discussão da proposta.

Em manifesto divulgado durante a audiência pública, intitulado "Em Defesa do Código Florestal", a Campanha SOS Florestas – entidade que reúne 270 organizações ambientais – apóia o novo código, desde que seja capaz de "promover um modelo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira que se coadune com sua vocação florestal, compatibilizando geração de renda para sua população com o fim da degradação".

## Marina Silva pede solução negociada com a sociedade

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que o adiamento da decisão sobre as regras que deverão fazer parte do Código Florestal vai permitir que se chegue a uma solução pactuada pela sociedade. Ela acredita que será possível chegar a uma proposta que corresponda aos interesses de todos os segmentos envolvidos – setor produtivo, pequenos agricultores, extrativistas e "todos aqueles que buscam o desenvolvimento justo e sustentado".

Em pronunciamento feito durante a audiência pública promovida pela comissão mista que analisa a medida provisória que institui o Código Flores-

tal, Marina Silva afirmou que a proposta já está bem próxima de ser concretizada. Ela considera que o esforço empreendido pelas organizações não-governamentais (ONGs), membros da comissão e setor produtivo, que participaram do encontro, é um esforço que será plenamente compensado pelo resultado a ser alcançado.

– Eu sinto que já estamos bem próximos de uma solução pactuada, a ser assinada pela sociedade brasileira, que quer ver a Amazônia preservada, que quer ver os 20 milhões que ali habitam com qualidade de vida – disse Marina Silva.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Carlos Wilson, Osmar Dias, Tião Viana e Paulo Hartung